

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Demonstrações Financeiras Preparadas de Acordo com Políticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

31 de dezembro de 2020

Simplex | Pessoal | Justo

 **Santander**

Índice**Páginas**

Relatório da Administração.....	1
Relatório dos Auditores Independentes.....	3
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado.....	8
Demonstração do Resultado Abrangente.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	11
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional	12
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	12
3. Principais Políticas Contábeis.....	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	18
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	18
7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas.....	21
8. Ativos e Passivos Fiscais	23
9. Outros Ativos	25
10. Participações em Coligadas e Controladas	26
11. Recursos de Debêntures.....	27
12. Outros Passivos	27
13. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	27
14. Patrimônio Líquido	29
15. Partes Relacionadas.....	30
16. Outras Despesas Administrativas	31
17. Outras Receitas Operacionais	31
18. Outras Despesas Operacionais.....	32
19. Resultado não Operacional.....	32
20. Outras Informações	32
21. Eventos Subsequentes	33
Composição da Administração.....	34

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A (Banco Santander).

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.833 milhões (31/12/2019 - R\$5.763 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2020 foi de R\$78 milhões (2019 - R\$47 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos totais atingiram R\$7.129 milhões (31/12/2019 - R\$7.076 milhões). Desse montante, R\$222 milhões (31/12/2019 - R\$1.310 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$2.825 milhões (31/12/2019 - R\$1.656 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$2.096 milhões (31/12/2019 - R\$2.112 milhões) pela carteira de arrendamento.

O montante dos recursos captados é de R\$312 milhões (31/12/2019 - R\$375 milhões) representado por debêntures.

Conjuntura Econômica

O Banco Santander (Controlador da Santander Leasing) avalia que, no quarto trimestre de 2020, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, com os primeiros países afetados enfrentando a chamada “segunda onda” de contaminação na esteira do abrandamento de políticas de distanciamento social. Entretanto, o Banco destaca também a rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença, com alguns países já tendo iniciado um programa de imunização de seus cidadãos e vários formulando a mesma iniciativa para os primeiros meses de 2021. A despeito das incertezas trazidas pela pandemia, os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias continuaram a fazer com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica sinalizando continuidade da tendência de retomada após a forte retração observada no segundo trimestre de 2020. O Santander avalia que estes estímulos fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho, encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos e avançou para patamares próximos a 3,8 mil pontos no quarto trimestre (alta de 11,7% nos últimos três meses de 2020).

No país, o Banco Santander considera que os infortúnios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infortúnios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultarão em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por conseguinte, provocarão alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável.

Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira – notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano e esta tendência se manteve nos últimos meses. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,6% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, ao final do quarto trimestre, a expectativa mediana foi de que a economia brasileira registrará recuo de 4,36% em 2020. O Banco julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos posteriores – a mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2021 e 2022 eram de 3,4% e 2,5%, respectivamente, ao final do quarto trimestre – continuaram justificando a percepção geral de que a variação do IPCA convergirá para as metas estipuladas no horizonte relevante para a política monetária, a despeito de haver encerrado 2020 acima do objetivo estabelecido para o ano na esteira de choques temporários – a variação anual do IPCA em 2020 atingiu 4,5%, enquanto a meta era de 4,0%. A combinação de perspectivas de recuperação econômica gradual e inflação compatível com as metas estabelecidas é o que o Santander entende haver propiciado espaço ao Banco Central do Brasil para haver mantido a taxa básica de juros no patamar mínimo histórico do país (2,00% a.a.) no encerramento de 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível durante boa parte do ano de 2021.

Na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido os investidores internacionais ainda receosos quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros. Entretanto, esta postura não foi obstáculo para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no quarto trimestre. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto a problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o período em 143 pontos básicos, patamar semelhante ao nível médio registrado no primeiro trimestre (portanto, antes da declaração de pandemia), quando o indicador estava ao redor de 150 pontos – patamar inferior aos 250 pontos registrado no final do terceiro trimestre. No caso da taxa de câmbio, o Banco viu acontecer um processo semelhante com a paridade frente ao dólar recuando de R\$5,60/US\$ ao final de setembro de 2020 para R\$5,20/US\$ no encerramento do quarto trimestre do ano passado, ainda que tenha sido negociada próxima a R\$5,80/US\$ ao longo do período. Em ambos os casos, o Santander avalia que o gatilho para a melhora registrada ao longo do período diz respeito à redução das dúvidas quanto à dinâmica fiscal brasileira para os próximos anos, na esteira de declarações oficiais que sinalizaram a disposição em respeitar às regras impostas pelo marco legal do teto de gastos públicos.

Portanto, para que haja melhora adicional no desempenho destes indicadores, o Banco avalia que serão necessárias medidas que sinalizem ainda maior comprometimento do governo brasileiro com a reversão da trajetória ascendente de gastos públicos esperada para os anos à frente. Na visão do Santander, isto só será possível com a retomada de reformas estruturais.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Leasing na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, a Santander Leasing informa que no período de acumulado findo em 31 de dezembro de 2020, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a Santander Leasing confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 24 de março de 2021

O Conselho de Administração

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santander Leasing S.A.
Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo, SP, Brasil, 05001-900, Caixa Postal 61003,
T: +55 (11) 3674 2000, www.pwc.com.br

Santander Leasing S.A.
Arrendamento Mercantil

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



Santander Leasing S.A.
Arrendamento Mercantil

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das investidas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 28P000160/0-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/0-7

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial

	Notas Explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		1.135.935	2.313.677
Disponibilidades	4&15.d	10.949	8.466
Instrumentos Financeiros		221.843	1.389.185
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5&15.d	221.843	1.309.593
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	-	79.592
Operações de Arrendamento Mercantil	7	901.074	919.797
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	7.f	(6.856)	(8.846)
Outros Ativos	9	8.925	5.075
Ativo não Circulante		5.993.556	4.762.796
Instrumentos Financeiros		2.824.908	1.576.278
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	2.824.908	1.576.278
Operações de Arrendamento Mercantil	7	1.195.166	1.192.045
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	7.f	(9.601)	(12.327)
Outros Ativos	9	869.726	869.711
Ativos Fiscais		842.754	812.731
Correntes		238.098	241.124
Diferidos	8	604.656	571.607
Investimentos		270.603	324.358
Participações em Coligadas e Controladas - no País	10	270.603	324.358
Total do Ativo		7.129.491	7.076.473

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial

	Notas Explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		87.810	272.825
Instrumentos Financeiros		2.767	222.028
Recursos de Debêntures	11&15.d	-	71.325
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	-	142.849
Outros Passivos Financeiros	15.d	2.767	7.854
Outras Passivos	12	69.097	48.714
Outras Obrigações Fiscais Correntes	8	15.946	2.083
Passivo não Circulante		1.208.732	1.040.879
Instrumentos Financeiros		312.469	304.052
Recursos de Debêntures	11&15.d	312.469	304.052
Outras Passivos	12	655.606	523.299
Outras Obrigações Fiscais	8	240.657	213.528
Correntes		4.849	4.717
Diferidos		235.808	208.811
Patrimônio Líquido	14	5.832.949	5.762.769
Capital Social:			
De Domiciliados no País		4.720.030	4.720.030
Reservas de Lucros		1.084.803	1.010.970
Ajustes de Avaliação Patrimonial		28.116	31.769
Total do Passivo		7.129.491	7.076.473

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Resultado

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receitas da Intermediação Financeira		190.124	382.203	464.847
Operações de Arrendamento Mercantil		101.203	215.020	230.385
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		91.401	198.049	299.771
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.480)	(30.866)	(65.309)
Despesas da Intermediação Financeira		(1.299)	(15.939)	(19.380)
Operações de Captação no Mercado	15.d	(3.139)	(9.656)	(21.140)
Operações de Empréstimos e Repasses		(104)	(2.636)	(938)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.f	1.944	(3.647)	2.698
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		188.825	366.264	445.467
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(203.599)	(221.352)	(341.979)
Receitas de Prestação de Serviços		687	1.241	1.965
Outras Despesas Administrativas	16	(6.852)	(13.793)	(13.715)
Despesas Tributárias	8.d	(12.918)	(29.480)	(303.724)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	(42.627)	(53.754)	(35.480)
Outras Receitas Operacionais	17	22.168	47.633	51.403
Outras Despesas Operacionais	18	(164.057)	(173.199)	(42.428)
Resultado Operacional		(14.774)	144.912	103.488
Resultado não Operacional	19	3.461	6.326	3.144
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(11.313)	151.238	106.632
Imposto de Renda e Contribuição Social	8	(8.718)	(72.942)	(59.636)
Provisão para Imposto de Renda		(24.128)	(36.361)	(2.645)
Provisão para Contribuição Social		(18.483)	(36.027)	(12.421)
Ativo Fiscal Diferido		33.893	(554)	(44.570)
Lucro Líquido (Prejuízo)		(20.031)	78.296	46.996
Número de Ações (Mil)	14.a	84.951	84.951	11.044.653
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		(235,79)	921,66	4,26

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Resultado Abrangente

	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Lucro Líquido (Prejuízo)	(20.031)	78.296	46.996
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:			
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	18.108	(9.866)	(56.943)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.749)	6.213	22.374
Resultado Abrangente	(9.672)	74.643	12.427

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		4.720.030	396.581	570.072	66.338	-	5.753.021
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(34.569)	-	(34.569)
Lucro Líquido		-	-	-	-	46.996	46.996
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	2.350	-	-	(2.350)	-
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	-	(2.679)	(2.679)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	20.983	-	(20.983)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	20.984	-	(20.984)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		4.720.030	398.931	612.039	31.769	-	5.762.769
Mutações no Exercício		-	2.350	41.967	(34.569)	-	9.748
Saldos em 31 de dezembro de 2019		4.720.030	398.931	612.039	31.769	-	5.762.769
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(3.653)	-	(3.653)
Lucro Líquido		-	-	-	-	78.296	78.296
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	3.915	-	-	(3.915)	-
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	-	(4.463)	(4.463)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	34.959	-	(34.959)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	34.959	-	(34.959)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.720.030	402.846	681.957	28.116	-	5.832.949
Mutações no Exercício		-	3.915	69.918	(3.653)	-	70.180
Saldos em 30 de junho de 2020		4.720.030	403.847	705.450	17.757	-	5.847.084
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	10.359	-	10.359
Prejuízo		-	-	-	-	(20.031)	(20.031)
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	(1.001)	-	-	1.001	-
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	-	(4.463)	(4.463)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	(11.746)	-	11.746	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	(11.747)	-	11.747	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.720.030	402.846	681.957	28.116	-	5.832.949
Mutações no Período		-	(1.001)	(23.493)	10.359	-	(14.135)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido (Prejuízo)		(20.031)	78.296	46.996
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo)		171.518	210.749	66.501
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.f	(1.944)	3.647	(2.698)
Impostos Diferidos		(34.177)	162	44.869
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	13.c	170.348	164.706	11.937
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	13.c	4.086	10.412	19.284
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Ativos		(286)	(280)	(413)
Atualização de Depósitos Judiciais	17	(7.155)	(17.564)	(31.725)
Atualização de Impostos a Compensar	17	(1.811)	(3.906)	(10.433)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	42.627	53.754	35.480
Resultado na Alienação de Valores e Bens		(170)	(182)	200
Variações em Ativos e Passivos		(1.467.633)	(198.552)	(1.485.105)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(80.017)	1.173.567	(1.203.362)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.338.369)	(1.321.753)	(1.197)
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		(35.537)	7.214	(310.216)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		17.796	17.606	147.661
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		1.663	3.026	(19.255)
Aumento (Redução) em Recursos de Debêntures		(19.969)	(62.908)	21.140
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		(3.767)	(5.087)	(5.333)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		23.734	35.360	(55.819)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Correntes		5.204	13.995	(17.506)
Imposto Pago		(38.371)	(59.572)	(41.218)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(1.316.146)	90.493	(1.371.608)
Atividades de Investimento				
Alienação de Bens não de Uso Próprio		304	486	448
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		304	486	448
Atividades de Financiamento				
Dividendos Pagos	14.b	(2.679)	(2.679)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(2.679)	(2.679)	-
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.318.521)	88.300	(1.371.160)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	1.471.296	64.475	1.435.635
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	152.775	152.775	64.475

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo – SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

A resolução CMN nº 4.720/2019 e a Circular Bacen nº 3.959/2019 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a alteração na forma de apresentação das operações de arrendamento mercantil, conforme abaixo:

Apresentação das Operações de Arrendamento Mercantil	Antes da Circular nº 3.959		Estabelecido pela Circular nº 3.959	
	Conceito	Saldo em 31/12/2019	Conceito	Saldo em 31/12/2019 Reclassificado
Operações de Arrendamento	Pelo Valor Presente sem considerar o Valor Residual Garantido (VRG) deduzidas de Rendas a Apropriar e acrescidas de Bens Não de Uso Próprio - Arrendamento	3.146	O valor presente provável de realização do bem arrendado no final do contrato, deduzidos os custos de venda, no caso de inexistência de valor residual garantido.	2.111.842
Imobilizado de Arrendamento	Divulgado no Balanço deduzido da Depreciação	3.195.143	Passaram a não mais compor o Balanço Patrimonial	-
Credores por Antecipação do Valor Residual	Divulgado no Balanço na linha de Outras Obrigações - Diversas	(1.086.447)	Passaram a não mais compor o Balanço Patrimonial na linha de Outras Obrigações - Diversas	-
Total		2.111.842		2.111.842

Adicionalmente, a Santander Leasing realizou o agrupamento das contas de operações de arrendamento mercantil na demonstração do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander Brasil S.A. (Banco Santander), investimento este que totaliza o equivalente a 78,58% do capital social da Santander Leasing e participação indireta equivalente a 21,42% através do Banco Bandepe S.A (Banco Bandepe) (Nota 15.c).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período de findo em 31 de dezembro de 2020, na reunião realizada em 24 de março de 2021.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

A Santander Leasing classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado.

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro, ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros, utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes e do método do valor presente.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Santander Leasing utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

- I - hedge de risco de mercado; e
- II - hedge de fluxo de caixa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Não temos operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524.

h) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

h.1 Reestruturação de Operação de Crédito

A Resolução CMN 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela resolução 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

j) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

l) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.g) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

o) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

p) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

q) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados

A Resolução CMN nº 4.820 de 29 de maio de 2020, alterada pela Resolução CMN N°4885, de 23 de dezembro de 2020 veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020.

A norma também veda:

(i) recompra de ações próprias, exceto por meio de bolsas ou mercado de balcão organizado até o limite de 5% das ações emitidas;

(ii) a redução do capital social, salvo em situações específicas; e

(iii) o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução CMN nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) e 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

r) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

s) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 20.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	10.949	8.466	7.285
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	141.826	56.009	1.428.350
Aplicações no Mercado Aberto	71.421	-	1.300.319
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	70.405	56.009	128.031
Total	152.775	64.475	1.435.635

As informações relativas a 31 de dezembro de 2018 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	71.421	80.017	151.438	1.253.584
Posição Bancada	71.421	80.017	151.438	1.253.584
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	80.017	80.017	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	71.421	-	71.421	1.253.584
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	70.405	-	70.405	56.009
Total	141.826	80.017	221.843	1.309.593

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

Resumo da Carteira por Categorias e Abertura por Vencimento

	31/12/2020		31/12/2019		Abertura por Vencimento 31/12/2020	
	Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Acima de 3 anos	Total
Títulos para Negociação	-	-	-	6.379	-	-
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FI	-	-	-	6.379	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	2.776.016	48.892	2.824.908	1.649.491	2.824.908	2.824.908
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN ⁽¹⁾	2.776.016	48.892	2.824.908	1.649.491	2.824.908	2.824.908
Total de Títulos e Valores Mobiliários	2.776.016	48.892	2.824.908	1.655.870	2.824.908	2.824.908

(1) 31 de dezembro de 2019, inclui o valor de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.II).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições da Santander Leasing no mercado onde atua. Com base neste modelo de gestão, a Santander Leasing tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Santander Leasing não possui operações com instrumentos financeiros derivativos

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2019
Passivo	
Swap Negociação - Diferencial a Pagar	142.849
Total	142.849

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/12/2019		
Negociação	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
Swap		(81.088)	(142.849)
Ativo	1.318.167	1.506.648	1.506.648
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	1.318.167	1.506.648	1.506.648
Passivo	(1.318.167)	(1.587.736)	(1.649.497)
Taxa de Juros Pré - Reais	(1.318.167)	(1.587.736)	(1.649.497)

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	31/12/2019					
	Instituições Financeiras			Contraparte por Vencimento		Valor Referencial Mercado de Negociação
	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 meses	Balcão ⁽¹⁾	
Swap	1.318.167	1.318.167	61.568	58.669	1.197.930	1.318.167

(1) Operações que são incluídas em Câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado da Santander Leasing consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, a Santander Leasing utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a Entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Estratégias

31/12/2019

Hedge de Risco de Mercado	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
	Objeto ⁽¹⁾	Instrumento ⁽¹⁾	Objeto ⁽¹⁾	Instrumento ⁽¹⁾	Objeto ⁽¹⁾	Instrumento ⁽¹⁾
Contrato de Swap	1.649.491	(1.649.497)	1.649.491	(1.649.497)	1.318.167	(1.318.167)
Hedge de Título e Valores Mobiliários	1.649.491	(1.649.497)	1.649.491	(1.649.497)	1.318.167	(1.318.167)

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

c) Instrumentos Financeiros – Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais hedges.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições. O quadro resumo apresentado abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira banking, para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2020, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(1.564)	(5.918)	(11.627)
Total ⁽¹⁾		(1.564)	(5.918)	(11.627)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cenário 1: choque de +10 bps nas curvas de juros.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira

	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	2.096.240	2.111.842
Total	2.096.240	2.111.842

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	2.369.566	2.428.239
Arrendamentos a Receber	1.737.930	1.821.677
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	631.636	606.562
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.736.359)	(1.819.693)
Valores Residuais a Balancear	(631.636)	(606.562)
Bens não de Uso Próprio	1.052	1.162
Imobilizado de Arrendamento	3.508.663	3.195.143
Credores por Antecipação de Valor Residual	(1.415.046)	(1.086.447)
Total da Carteira de Arrendamento	2.096.240	2.111.842

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

c) Carteira por Vencimento

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas	2.620	3.181
A Vencer:		
Até 3 Meses	264.264	265.992
De 3 a 12 Meses	636.810	653.805
Acima de 12 Meses	1.192.546	1.188.864
Total	2.096.240	2.111.842

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Carteira por Setor de Atividades

	31/12/2020	31/12/2019
Setor Privado		
Indústria	466.215	512.319
Comércio	577.445	578.370
Instituições Financeiras	671	2.138
Serviços e Outros	969.094	983.178
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	9.523	13.399
Agricultura	72.094	21.058
Setor Público		
Governo Municipal	1.198	1.380
Total	2.096.240	2.111.842

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

31/12/2020					
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.618.322	-	1.618.322	-
A	0,5%	357.646	-	357.646	1.788
B	1%	72.528	-	72.528	725
C	3%	22.706	2.982	25.688	770
D	10%	4.312	1.749	6.061	606
E	30%	1.715	958	2.673	802
F	50%	1.104	403	1.507	754
G	70%	270	2.407	2.677	1.874
H	100%	6.547	2.591	9.138	9.138
Total		2.085.150	11.090	2.096.240	16.457

31/12/2019					
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.634.214	-	1.634.214	-
A	0,5%	363.339	-	363.339	1.817
B	1%	54.817	1.709	56.526	565
C	3%	26.627	1.291	27.918	837
D	10%	3.871	1.671	5.542	554
E	30%	1.761	4.210	5.971	1.791
F	50%	25	2.434	2.459	1.230
G	70%	415	4.565	4.980	3.486
H	100%	8.708	2.185	10.893	10.893
Total		2.093.777	18.065	2.111.842	21.173

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	21.173	58.513
Constituições (Reversões)	3.647	(2.698)
Baixas	(8.363)	(34.642)
Saldo Final	16.457	21.173
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	12.063	7.583

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil

g) Créditos Renegociados

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Renegociados	4.592	28.514
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.906)	(12.778)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	63,3%	44,8%

8. Ativos e Passivos Fiscais

a) Créditos Tributários

a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	110.120	3.499	(2.467)	111.152
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	6.938	3.123	(3.213)	6.848
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	178.000	69.338	(7.071)	240.267
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para negociação e Derivativos ⁽¹⁾	-	979	-	979
Outras Provisões Temporárias	16.301	453	-	16.754
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	311.359	77.392	(12.751)	376.000
Prejuízos Fiscais	260.248	-	(31.592)	228.656
Total dos Créditos Tributários	571.607	77.392	(44.343)	604.656

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Santander Leasing não possui créditos tributários não ativados.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis da Santander Leasing foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais	Total
	IRPJ	CSLL	PIS		
	31/12/2020				
2021	28.754	18.512	53	37.507	84.826
2022	29.420	18.544	53	37.992	86.009
2023	26.109	16.575	-	13.715	56.399
2024	3.817	1.185	-	22.000	27.002
2025	157.937	71.015	-	9.520	238.472
2026 a 2028	-	-	-	107.922	107.922
2029 a 2030	883	3.143	-	-	4.026
Total	246.920	128.974	106	228.656	604.656

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários e do valor registrado é de R\$551.813 (31/12/2019 - R\$474.685) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Tributos Diferidos	235.808	208.811
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	12.817	-
Impostos e Contribuições a Pagar	7.978	6.800
Total	256.603	215.611

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	603	-	(603)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	27.243	-	(6.214)	21.029
Superveniência de Arrendamento Mercantil	143.374	33.814	-	177.188
Outros	37.591	-	-	37.591
Total	208.811	33.814	(6.817)	235.808

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

31/12/2020				
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/ Cofins	
2021	102.283	8.213	1.143	111.639
2022	102.283	8.213	1.143	111.639
2023	7.831	4.699	-	12.530
Total	212.397	21.125	2.286	235.808

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	151.238	106.632
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(60.495)	(42.653)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(21.502)	(14.192)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	6.503	(3.062)
Demais Ajustes	2.552	271
Imposto de Renda e Contribuição Social	(72.942)	(59.636)

d) Despesas tributárias

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Atualização de Impostos e Contribuições ⁽¹⁾	5.996	12.665
Despesas com Cofins	6.280	12.599
Despesas com ISS ⁽²⁾	15.918	276.361
Despesas com PIS/Pasep	1.237	2.047
Outras	49	52
Total	29.480	303.724

(1) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da lei 9.718/1998.

(2) Em 2019 inclui o pagamento de ISS efetuado pela Santander Leasing para o Município de São Paulo, referente a operações de arrendamento mercantil do período de janeiro de 2014 a dezembro de 2017, no valor total de R\$195.569.

9. Outros Ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	752.635	743.501
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	249	35
Para Interposição de Recursos Cíveis	34.113	38.575
Outros	3.772	1.592
Despesas Antecipadas	1.728	1.635
Pagamentos a Ressarcir	66	2.892
Outros	86.088	86.556
Total	878.651	874.786

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Participações em Coligadas e Controladas

				31/12/2020
Investimento	Atividade	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)		Participação Direta
		Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	33	33	0,000002%
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (PI DTVM) ⁽¹⁾	Leasing	182	-	100,0000%

Investimento	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido(Prejuízo)		Valor dos Investimentos	
		01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Santander CCVM	731.345	90.867	98.300	1	1
PI DTVM ⁽¹⁾	270.602	(53.754)	(35.480)	270.602	324.357
Total dos investimentos				270.603	324.358

Investimento	Resultado da Equivalência Patrimonial	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
PI DTVM ⁽¹⁾	(53.754)	(35.480)
Total dos investimentos	(53.754)	(35.480)

(1) Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação social alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019. A companhia iniciou suas operações em 14 de março de 2019.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Recursos de Debêntures

Debêntures	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures	jan/15	jan/35	100.000.000	10.000.000	100,0% CDI	16.290.392	15.851.666
Debêntures	ago/06	ago/36	410.000	4.100.000	100,0% CDI	15.613.166	15.192.678
Debêntures	jun/07	jun/37	410.000	4.100.000	100,0% CDI	14.084.779	13.705.453
Debêntures ⁽¹⁾	jul/12	jul/32	500.000.000	5.000.000	100,0% CDI	8.139.924	7.920.702
Debêntures	jun/05	jun/35	150.000	1.500.000	100,0% CDI	6.910.697	6.724.581
Debêntures	mar/06	mar/36	150.000	1.500.000	100,0% CDI	6.070.422	5.906.935
Debêntures	set/05	set/20	120.000	1.200.000	100,0% CDI	-	5.132.165
Debêntures	abr/06	abr/21	100.000	1.000.000	100,0% CDI	3.627.325	3.627.325
Debêntures	jun/05	jun/20	400.000	400.000	100,0% CDI	-	1.793.222
Total						70.736.705	75.854.727
(-) Debêntures em Tesouraria							
Debêntures	jan/15	jan/35	99.982.824	9.998.282	100,0% CDI	(16.287.594)	(15.848.943)
Debêntures	ago/06	ago/36	409.260	4.092.600	100,0% CDI	(15.584.986)	(15.165.257)
Debêntures	jun/07	jun/37	406.379	4.063.790	100,0% CDI	(13.960.386)	(13.584.410)
Debêntures	jul/12	jul/32	399.504.270	3.995.043	100,0% CDI	(8.109.562)	(7.891.159)
Debêntures	jun/05	jun/35	147.409	1.474.090	100,0% CDI	(6.791.327)	(6.608.425)
Debêntures	mar/06	mar/36	149.818	1.498.180	100,0% CDI	(6.063.056)	(5.899.769)
Debêntures	set/05	set/20	119.471	1.194.710	100,0% CDI	-	(5.109.540)
Debêntures	abr/06	abr/21	100.000	1.000.000	100,0% CDI	(3.627.325)	(3.627.325)
Debêntures	jun/05	jun/20	389.137	389.137	100,0% CDI	-	(1.744.522)
Total em Circulação						312.469	375.377

(1) A Santander Leasing realizou o cancelamento de 99.000.000 debêntures no valor de emissão de R\$9.010.000.

12. Outros Passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	5.700	9.097
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 13.b)	701.048	545.539
Sociais e Estatutárias	4.462	2.738
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.620	2.820
Outras	10.873	11.819
Total	724.703	572.013

13. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.I)

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12)	701.048	545.539
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)	5.700	9.097
Total	706.748	554.636

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a		01/01 a		
	31/12/2020		31/12/2019		
	Fiscais	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	545.539	9.097	537.423	-	10.843
Constituição Líquida de Reversão	151.549	13.157	(921)	13	12.845
Atualização Monetária ⁽¹⁾	9.387	1.025	17.131	-	2.153
Baixas por Pagamento	(5.427)	(17.579)	(8.094)	(13)	(16.744)
Saldo Final	701.048	5.700	545.539	-	9.097
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	555.963	601	392.855	-	1.294
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	57	-	-
Total dos Depósitos em Garantia ⁽²⁾	555.963	601	392.912	-	1.294

(1) Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$610.642 (31/12/2019 - R\$439.750) a Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As Ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R\$457.157 e as cíveis em R\$9.841

O principal processo de natureza tributária se refere a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil em relação aos exercícios de 2009 a 2012, por falta de recolhimento de PIS e Cofins, supostamente incidentes sobre a receita na venda de bens do ativo permanente. Foram apresentadas as respectivas defesas e os processos aguardam julgamento no âmbito administrativo, junto ao Carf. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$105milhões.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é composto por 84.951 (31/12/2019 – 11.044.653) mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

Em 13 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Santander Leasing o grupamento de ações representativas do seu capital social à razão de 130.000 ações para 1 ação da mesma espécie. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Leasing foi alterado para 84.951 ações ordinárias e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações. A referida AGE foi homologada pelo BACEN em 12 de agosto de 2020.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Tendo em vista que os dividendos a título de Juros sobre capital próprio excederam o valor mínimo obrigatório dos dividendos estatutários, não está sendo considerada a apropriação de qualquer dividendo adicional sobre o lucro líquido do exercício.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei n° 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei n° 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

	31/12/2020	
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária
Dividendos ⁽¹⁾	4.463	0,5253617
Total	4.463	

(1) Em 31 de dezembro de 2020, foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios a serem submetidos a aprovação.

	31/12/2019	
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária
Dividendos ⁽¹⁾	2.679	0,0002425
Total	2.679	

(1) Em 31 de dezembro de 2019, foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios pagos em 31 de agosto de 2020.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2020, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

A Santander Leasing pode efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, seu controlador, publicada na página de Relações com Investidores.

São consideradas partes relacionadas da Santander Leasing:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, a Santander Leasing possua participação societária qualificada;
- pessoas jurídicas nas quais a Santander Leasing possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com a Santander Leasing.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 66.755 mil ações ordinárias equivalentes a 78,58% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe de 18.196 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 100,00%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2020	31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Disponibilidades (Nota 4)	10.949	8.466	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	10.949	8.466	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	221.843	1.309.593	40.122	88.672
Banco Santander ⁽²⁾	221.843	1.309.593	40.122	88.672
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	79.387	79.387	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	79.387	79.387	-	-
Relações Interfinanceiras	(2.767)	(7.854)	(2.444)	(3.163)
Banco Santander ⁽²⁾	(2.767)	(7.854)	(2.444)	(3.163)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	-	-	(37.347)
Banco Santander ⁽²⁾	-	-	-	(37.347)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 11)	(312.469)	(375.377)	(9.656)	(21.140)
Banco Santander ⁽²⁾	(312.469)	(375.377)	(9.656)	(21.140)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(4.463)	(2.679)	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	(3.507)	(2.105)	-	-
Banco Bandepe	(956)	(574)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽¹⁾	-	-	(3.284)	(3.163)
Banco Santander ⁽²⁾	-	-	(3.284)	(3.163)
Despesas com Doações	-	-	-	(175)
Santander Cultural	-	-	-	(175)

(1) Referem-se a despesas administrativas - convênio operacional (Nota 16).

(2) Controlador da Santander Leasing (Nota 15.c).

16. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Serviços do Sistema Financeiro	3.066	2.692
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	4.121	4.353
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 15.d)	3.284	3.163
Seguros	2.170	929
Custas Judiciais	844	886
Doações	-	264
Outras	308	1.428
Total	13.793	13.715

17. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Atualização de Depósitos Judiciais	17.564	31.725
Atualização de Impostos a Compensar	3.906	10.433
Recuperação de Encargos e Despesas	23.446	5.431
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 13.c)	-	921
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	560	321
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.940	2.275
Outras	217	297
Total	47.633	51.403

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 13.c)	151.549	-
Trabalhistas (Nota 13.c)	-	13
Cíveis (Nota 13.c)	13.157	12.845
Atualização Monetária	5.029	20.556
Impostos não compensados	442	4.135
Gastos com Contratos em Atraso	330	662
Comissões de Fiança	504	447
Outras	2.188	3.770
Total	173.199	42.428

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação em leilões de bens retomados e quitação antecipada pelo arrendatário em prazo inferior a 24 meses do início do contrato de arrendamento.

20. Outras Informações

Comitê de auditoria

Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Administração monitora os efeitos da pandemia do COVID-19 que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

A Santander Leasing mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Até a data desta divulgação, a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve resultados não recorrentes.

Cancelamento do registro da Companhia na Comissão de valores Mobiliários (CVM)

Em 29 de dezembro de 2020 a Santander Leasing recebeu através do Ofício nº 388/2020/CVM/SEP/GEA-1 da CVM o deferimento do pedido de cancelamento do registro de companhia aberta na categoria "B".

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

21. Eventos Subsequentes

Majoração da Alíquota da Contribuição Social

Em 1º de março de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 1.034, que entre outras medidas altera a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável às Sociedades de Arrendamento Mercantil de 15% para 20%, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021. A Santander Leasing está avaliando os impactos.

Conselho de Administração

Presidente

Reginaldo Antônio Ribeiro

Conselheiros

Angel Santodomingo Martell

Carlos Rey de Vicente

Diretoria

Diretor Presidente

Angel Santodomingo Martell

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Antonio Pardo Santayana Montes

Contador

Gilberto Cabeleira Alves - CRC Nº PR040031/ O-7